Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife: trajetórias intelectuais de dois grupos letrados durante o Segundo Reinado[1]

MARCIO LUIZ DO NASCIMENTO

Este trabalho consiste em avaliar dois grupos intelectuais adversários que estavam separados por projetos político-literários distintos, cujas propostas notadamente refletem o grau de proximidade dos indivíduos e do grupo social do poder central; o nível dos capitais mobilizados pelos indivíduos; e as suas estratégias de ascensão individuais e de grupo. Como no século XIX ainda não havia se processado a autonomização das esferas culturais e nem havia instituições acadêmicas e culturais que fossem espaços dedicados prioritariamente à reprodução ou à celebração dos intelectuais, nenhum letrado pôde dedicar-se somente à vida intelectual. Este estado de coisas fez com que eles atuassem ao mesmo tempo como políticos e letrados ou letrados e funcionários públicos.

Percebe-se que os letrados ficaram submetidos à dupla pressão. De um lado, como não se podia viver unicamente das letras, a ocupação de cargos e postos públicos apresentava-se como a condição inevitável para a sobrevivência e mesmo para o exercício das letras. Por outro lado, o serviço público e as ocupações políticas absorviam-lhes o tempo qualitativamente melhor e as suas melhores energias.

Em razão da estrutura sociopolítica do Brasil Império ser fundamentalmente estamental patrimonialista, os capitais nas suas diferentes modalidades, mobilizados por cada indivíduo ou pelo grupo literário, foram os elementos mais decisivos para o sucesso ou o fracasso dos intelectuais aqui pesquisados. De tal modo que se impunha a todos os letrados, por meio de diferentes mecanismos, ou a dependência direta do mecenato do Imperador Pedro II ou de alguma forma de prebenda dispensada pelas instituições burocráticas imperiais. Esta condição tornou-se tão generalizada entre nós, que não é temerário afirmar: – *não houve letrado de Gonçalves de Magalhães a Machado de Assis capaz de se colocar acima deste horizonte. Todos foram prebendados do Estado*.

Depois da Primeira Geração Romântica, a *especialização* impôs-se aos letrados brasileiros. Gonçalves de Magalhães e os seus companheiros Varnhagen, Joaquim Norberto, Pereira da Silva, Porto-Alegre, Santiago Nunes, Teixeira e Sousa e Torres-

[*] Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG (Campus Belo Horizonte/MG). Doutor em Sociologia pela USP.

Homem ainda puderam se dedicar ao mesmo tempo à poesia e ao teatro; pesquisar e publicar longas biografias recheadas de muitas notas explicativas; editar os primeiros trabalhos sobre História do Brasil; e ainda dedicar-se à docência ou ao serviço burocrático. Esta possibilidade tenderá a desaparecer da vida literária brasileira.

Por fim, colocamos lado a lado dois projetos político-literários distintos. De um lado, os românticos que resistiram à modernização e ao progresso da Nação pela via da aproximação das idéias cientificistas e das novas técnicas européias. Eles entendiam que, para o crescimento da Nação e o avanço da civilização nos trópicos, eram inevitáveis e necessárias as reformas sociopolíticas. Contudo, eles queriam que estas reformas fossem processadas segundo o ritmo da ambientação e da conscientização das elites políticas.

Do outro lado, os integrantes da "Escola do Recife" entendiam que o modelo literário dos românticos, em particular o *indianismo* e o *sertanismo*, estava esgotado. Tobias Barreto (Sergipe/1839 – Recife/1889), Silvio Romero (Sergipe/1851 – Rio de Janeiro/1914), Franklin Távora (Ceará/1842 – Rio de Janeiro/1888) e Araripe Júnior (Ceará/1848 – Rio de Janeiro/1911) criticavam a literatura romântica pela ausência dos negros e mulatos e dos novos grupos sociais urbanos. Para eles, a ausência destes grupos sociais na literatura romântica seria emblemática da resistência dos românticos às novas transformações sociopolíticas. Os desdobramentos dentro da "Escola do Recife", das teorias científico-literárias e das doutrinas políticas européias, foram dos mais matizados. Como proposta comum, os intelectuais do Recife romperam com o modelo de modernização e formação da identidade nacional a ser realizado segundo o ritmo das transformações da *tradição-memória*, proposto pelos românticos. Isto por considerá-lo pouco inclusivo dos grupos sociais e incapaz de dar conta de superar o atraso da nação.

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros românticos (Gonçalves de Magalhães, Adolfo de Varnhagen, Pereira da Silva, Joaquim Norberto, Santiago Nunes, Porto-Alegre e Torres-Homem) pertenceram à geração nascida entre as novidades estrangeiras e o prestígio inédito alcançado pela cultura trazida pela Corte de Dom João VI. Tanto que se formaram na *Escola de*

Medicina do Rio de Janeiro[2] (criada em 1813), na *Academia Real Militar* (criada em 1810) e na *Academia de Belas Artes* (criada em 1820). De fato, todas estas instituições de ensino foram criadas após a chegada da Corte de Dom João VI.

Chegados à idade média de 22 anos, já estavam formados e em busca de colocação profissional. No entanto, o momento político-econômico não era dos melhores. A vida política estava atravessada pelo sentimento de insegurança e incerteza: havia tanto a subida meteórica de uns líderes políticos como a queda humilhante de outros. Eram os tempos da Regência[3]. Além do mais, o Brasil convivia com um cenário social conturbado, em parte provocado pelos movimentos separatistas e os movimentos sociais de resistência à monarquia.

Os seus capitais não eram elevados o bastante, por exemplo, a ponto de lhes permitir graduarem-se em Direito, senão em carreiras hierarquicamente menos significativas como a médica e, bem mais rebaixada, a carreira de artista. Dentro deste quadro, eles demonstraram possuir capitais de relações sociais em bons patamares. Contudo, estes capitais não eram suficientemente elevados a ponto de lhes permitir alguma arrancada de envergadura na carreira política. Desta forma, o ensino surgiu como a possibilidade profissional mais compatível com o nível dos seus capitais, com as suas histórias de vida e com o contexto de crise sociopolítico do Brasil na primeira metade do século XIX. Concretamente, o Colégio de Pedro II (criado em 1838) foi a instituição de ensino mais procurada pela Primeira Geração Romântica. Nele, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Santiago Nunes Ribeiro (Chile, ? – Rio Preto/MG-1847) foram docentes.

---

2 Domingos Gonçalves de Magalhães (Rio de Janeiro/1811 ─ Roma/1882) e Francisco Sales Torres-Homem (Rio de Janeiro/1812 - Paris/1876) eram formados em medicina, como também Joaquim Manuel de Macedo (Rio de Janeiro/1820 – Rio de Janeiro/1882) e Manuel Antônio de Almeida (Rio de Janeiro/1831 – Rio de Janeiro/1861). Manuel de Araújo Porto-Alegre (RGS/1806 – Lisboa/1879) era formado em Artes, ainda que também Gonçalves de Magalhães tivesse iniciado a graduação em Artes. Francisco Adolfo de Varnhagen (São Paulo/1816 ─ Viena/1878) era engenheiro militar, como também fora a carreira inicialmente de Araújo Porto-Alegre, depois trocada pelas artes. Francisco Sales Torres-Homem era também formado em direito como João Manuel Pereira da Silva (Rio de Janeiro/1817 – Paris/1897). Por sua vez, Joaquim Norberto de Sousa Silva (Rio de Janeiro/1820 – Rio de Janeiro/1891) foi autodidata, assim como Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (Rio de Janeiro/1812 – Rio de Janeiro/1861).

3 Para a contextualização do momento político em que se criaram as Regências, como uma solução política encontrada para corrigir o vazio institucional com a abdicação de D. Pedro I; e o crescente aumento da polarização entre o grupo dos federalistas e dos republicanos, contrastados com os "adeptos do absolutismo", ver BEIGUELMAN, P. Formação Política do Brasil. SP: Livraria Pioneira, 1967, p.53-68.

Os bons ventos só chegaram ao grupo dos primeiros românticos com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB (1838) e com a "Maioridade" de D. Pedro II. Conquistada a "Maioridade", a "Lei da Regência" caiu e o Poder "Moderador foi restaurado na plenitude dos seus poderes constitucionais". Às avessas do processo parlamentarista clássico, o "legislativo se tornava uma criação do Executivo, ganhando a disputa partidária uma nova dimensão" (BEIGUELMAN, 1967: 69). Nos anos de 1840, a Primeira Geração Romântica filiou-se ao Partido Conservador e aproximou-se ainda mais do Imperador Dom Pedro II por meio das suas participações no IHGB. Antes mesmo da criação do IHGB, o grupo já estava envolvido, como se pode perceber por meio das suas *Revistas Niterói* (1836) e *Minerva Brasiliense* (1843-1845), na tarefa de "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos" (SCHWARCZ, 1993:99).

O IHGB ofereceu ao grupo dos primeiros românticos mais do que incentivo intelectual. Abriu-lhes as portas de uma agremiação essencialmente integrada por indivíduos aproximados por "relações sociais", na medida em que eram recrutados à maneira das "sociedades da Corte". O recrutamento estabelecido pelo IHGB não estava consolidado em "critérios acadêmicos" e na "suposta competência nas suas áreas de atuação", como analisa Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 1993: 100-101) e cuja posição é compartilhada por Maria Alice Rezende de Carvalho, ao analisar o IHGB como um "salão elegante de atividade política cortesã" (CARVALHO, 1998:136).

Reconversão de Carreiras para cima entre os Primeiros Românticos

O exercício de cargos e postos públicos relevantes, preenchidos em geral pela Primeira Geração Romântica na carreira diplomática, reforçou ainda mais a "homogeneidade ideológica" entre os seus integrantes. Isto porque o peso do treinamento no exercício de carreiras burocráticas do Estado Imperial (CARVALHO, 1981: 32) aproximou-os dos letrados bacharéis, usualmente envolvidos no projeto de construção do Estado.

Varnhagen seguiu pela carreira diplomática na Europa a partir de 1847 e morreu na Áustria em 1878 a serviço da diplomacia. De 1840 a 1888, Pereira da Silva estava envolvido com cargos políticos. Primeiro como deputado e depois como Senador do Império. Manuel de Araújo Porto-Alegre ingressou na carreira diplomática em 1858 e morreu na Europa a serviço da diplomacia. Torres-Homem aproximou-se do poder em

1850 e a partir daí descreveu uma carreira política ascendente: deputado, senador e, por fim, ministro do Império.

Gonçalves de Magalhães, de 1838 a 1841, e de 1842 a 1847 foi respectivamente Secretário de Estado no Maranhão e no Rio Grande do Sul. A sua entrada na carreira diplomática deu-se depois de 1847. As suas defasagens literárias parecem coincidir com o seu maior envolvimento em cargos burocráticos relevantes. Primeiramente, como Secretário de Estado no Maranhão e no Rio Grande do Sul e, posteriormente, com a sua opção de seguir pela carreira diplomática a partir do ano de 1847 (Rússia, Espanha, Áustria, Argentina, Estados Unidos, Santa Sé). Por sinal, morreria no ano de 1882, também na Europa, em missão diplomática, assim como alguns dos seus colegas integrantes do "*grupo dos contentes*".

A reconversão de carreiras, feita pelo grupo dos primeiros românticos, foi decisiva para o sucesso das suas histórias de vida. Se não tivesse sido processada, possivelmente eles amargariam o final de muitos homens dedicados às letras. Isto, em razão da *carreira intelectual ser um péssimo "empreendimento" do ponto de vista econômico, por comportar a possibilidade de oferecer retornos simbólicos aos bem sucedidos, mas não retornos econômicos*. Neste sentido, apesar das mudanças para melhor, com o aumento do público consumidor de bens culturais e os progressos observados no mercado editorial e de jornais no século XIX, nem mesmo escritores da envergadura de Alencar e de Machado de Assis, os primeiros letrados a assinar contratos literários com as editoras, puderam viver unicamente do cultivo das letras.

Escola do Recife: intelectuais periféricos e duplamente marginalizados dentro do movimento da Geração 1870

Assim como tantos outros intelectuais da Geração 1870, os integrantes da Escola do Recife não conceberam doutrinas e projetos políticos com fronteiras teóricas delimitadas o bastante que não se aproximassem em muitos pontos dos projetos de outros intelectuais da Geração 1870. Por exemplo, Tobias Barreto, Franklin Távora, Graça Aranha, Martins Júnior e Artur Orlando defenderam a liberdade de crença e a laicização da sociedade por meio do monopólio do Estado tanto da educação como da emissão de certidões de registro civil e de casamento, em geral serviços que estavam nas mãos da Igreja. A proximidade de certos aspectos doutrinários e políticos (laicização do Estado, criação de uma doutrina positiva de renovação nacional, respeito

à ordem e resistência à revolução e às rupturas) decorre, por um lado, da homogeneidade ideológica dos intelectuais formados nas Faculdades Imperiais e treinados no funcionalismo público, que segundo José Murilo de Carvalho favoreceram a composição de uma "*elite ideologicamente homogênea*" (CARVALHO, 1981: 32ss).

Ainda sobre este aspecto, Maria Alice Rezende de Carvalho aponta Joaquim Nabuco como detentor de uma "agenda intelectual" pouco distinta da geração que o precedeu. Esta proximidade seria mais um reflexo da formação "ideologicamente homogênea", emoldurada nas Faculdades de Direito do Império, e compartilhada pelos intelectuais brasileiros atuantes no século XIX. Haja vista, por exemplo, os autores citados por Joaquim Nabuco já estarem no repertório intelectual do Visconde de Uruguai (CARVALHO, 1998: 37, nota 42).

Por outro lado, o fato das fronteiras ideológicas e doutrinais não estarem tão delimitadas – por exemplo, entre os integrantes da Escola do Recife e alguns intelectuais da Geração 1870 – resultaria também da ausência de esferas culturais consolidadas. No caso aqui em questão, não estava a esfera intelectual autonomizada ou, então, sujeita a avançados processos de autonomização. Logo, não há como esperar destes letrados doutrinas e formas políticas muito elaboradas, pois o passivo institucional era ainda muito emblemático.

Os baixos capitais de relações sociais e econômicos moveram os integrantes da Escola do Recife, antes do aumento da crise política ocorrida em 1885, a estabelecer redes de relações sociais fundadas na solidariedade de grupo, com o objetivo de viabilizar estratégias de ascensão socioeconômicas.

a) Como primeiro aspecto desta marginalização, temos: os intelectuais da Escola do Recife não reuniam capitais econômicos num patamar tal para resistir ao processo de exclusão a que estavam submetidos, enquanto intelectuais marginalizados do *Status quo Imperial*. Como a exemplo dos "Federalistas Científicos de São Paulo", que contavam com a presença de alguns integrantes bem-nascidos, tais como Alberto Sales, Júlio de Mesquita, Luís Pereira Barreto e Prudente de Moraes. Os "Federalistas Científicos de São Paulo" aproximavam-se do núcleo intelectual do Recife em razão de compartilharem assemelhada distância da sociedade da Corte e das instituições chaves do *Establishment Imperial*. Porém, eles guardavam um diferencial. Como reuniam excelentes recursos econômicos, eles eram "detentores de meios próprios de

vocalização, de uma estrutura partidária bem fincada na província, divulgaram o seu programa em manifestos e opúsculos nestes anos de 1878 e 1880, como também o efetivaram em atividades de própria iniciativa, como ferrovias e escolas" (ALONSO, 2002:154).

b) Podemos entender, como o segundo elemento desta dupla marginalização, os seguintes aspectos: os integrantes da Escola do Recife moviam-se numa sociedade patrimonialista, na qual as poucas instituições intelectuais e culturais existentes eram também espaços de disputas políticas. Em conseqüência disto, o sucesso nestes espaços precisava conjugar simultaneamente *competências* e *apoio político*. As agremiações literárias, as sociedades abolicionistas e os grupos literários criados por suas iniciativas não emplacavam. Em razão de não contarem com qualquer apoio oficial ou privado, capaz de lhes bancar a publicação dos seus livros e as suas viagens ao exterior em busca de formação. Ou então, para haurir prebendas econômicas com o objetivo de fundar jornais e revistas; ou de obter prebendas políticas para se assegurarem em cargos políticos e burocráticos de posição de mando.

Por isto, além da ausência de instituições intelectuais autônomas, um dos pressupostos para o surgimento dos intelectuais como grupo social separado do poder político e como carreira separada da carreira política, os integrantes da Escola do Recife estavam muito distantes dos recursos da sociedade da Corte. Desta forma, o somatório dos passivos sociais e econômicos abria muitas brechas ideológicas entre os integrantes da escola, que se tornaram mais acerbadas e freqüentes com o aumento do processo de dissensão e de crise política observado no final do Império.

Na sociedade patrimonialista brasileira, a formação de grupos sociais muito identificados ideologicamente dependia de o grupo social orbitar ao redor do "sistema de privilégios" oficiais. Como, por exemplo, o caso dos primeiros românticos ligados ao IHGB. Esta agremiação constituía-se num espaço de disputas políticas onde prevalecia o "sistema de privilégios", que segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, permitia "*à consolidação da identidade de grupos letrados, emprestando às idéias em circulação notável capacidade de organização e de alinhamento político dos seus portadores*" (CARVALHO, 1998:136).

Reconversões de Carreiras entre os letrados: desajustes entre a vida literária e as carreiras burocráticas

A conjugação entre vida profissional e o cultivo das letras podia levar ao fracasso, se não viesse acompanhada da elevação do padrão social e econômico. Naquele momento da vida cultural nacional, estava em processo a crescimento do nível de qualidade das produções literárias, o que exigia maior dedicação dos letrados, sem, contudo, em contrapartida, a vida literária recompensá-los por meio de razoável retorno econômico. Ao contrário de recompensá-los economicamente, percebemos aumentar o nível de conflito entre o trabalho profissional e a dedicação às letras. Neste aspecto, Clóvis Beviláqua relatou que pelo fato de ter Távora na Corte "*voltado inteiramente para a carreira literária, foi sempre, na Secretaria do Império, um funcionário de individualidade apagada*". A ponto dos companheiros de sessão salientarem a sua "*inaptidão oficial*" para o serviço público. (BEVILAQUA, C. Franklin Távora. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, ano XLVIII: 284, 1934).

O que certamente teve reflexos na composição dos seus livros, escritos apressadamente como ele próprio esclarece no "Prefácio" do livro "*O cabeleira*" (1876):

> *inçado de tantas emendas e entrelinhas que a mim mesmo custa às vezes decifrá-las, pela razão de que tudo aqui se escreveu sem ordem, sem arte, sem se atender a ideal, por aproveitar momentos vagos e incertos de uma pena que pertence ao Estado e à família*. (TÁVORA, [19-]: 11. Prefácio de 1876).

No mesmo caminho estava Manuel Antonio de Almeida (1831/RJ – 1861/RJ). Pobre e órfão de pai, ele formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, com a ajuda do tio, mas nunca exerceu a profissão de médico. Tão logo formado em 1855, voltou-se para o jornalismo, trabalhando no *Correio Mercantil* como tradutor de folhetins. Parece ser o desejo de dedicar-se acima de tudo à vida literária, a razão da sua inaptidão para o serviço público. Graças à ação do amigo Sousa Franco, Manuel Antonio de Almeida chegou ao primeiro emprego público em 1858, como administrador da Typografia Nacional, onde Machado de Assis no mesmo período trabalhava como tipógrafo. Porém, não durou aí mais do que um ano, pois foi demitido por "inaptidão". A história se repetiria no cargo de segundo oficial da Secretaria de Negócios da Fazenda. Neste cargo fora empossado em 1859 e dele demitido em 1861, novamente por "inaptidão" e "morbidez de romântico" como nos informa Brito Broca (BROCA, 1979: 224. Prefácio de Alexandre Eulálio).

Bernardo Guimarães, também funcionário público e escritor, viveu tão desajustado na profissão de Juiz Municipal em Catalão (interior do Goiás), que sofreu processo por negligência no serviço publico. De fato, estava mais envolvido com as suas viagens por Minas Gerais e o Goiás do que com tudo mais. Nem mesmo Machado de Assis, na observação da requintada crítica literária Lúcia Miguel Pereira, parece escapar desta condição perversa que pesava sobre os letrados durante o Segundo Reinado. Pois se confiarmos no relato de Epitácio Pessoa, "Machado seria um grande escritor e um péssimo secretário" (CANDIDO, 1975:383).

A estratégia de conjugar carreira burocrática ou política com a carreira intelectual redundou em alcoolismo (Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, Aureliano Lessa); bem como em exonerações de cargos públicos por improbidade (Bernardo Guimarães e Manuel Antonio de Almeida). No exercício de cargos públicos, a apatia, o desinteresse, a morbidez, o negativismo e a inoperância administrativa grassaram entre os letrados (Franklin Távora, Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Almeida).

Projeto político-literário da Primeira Geração Romântica

Durante 40 anos ("*Suspiros poéticos e saudades*" 1836 e "*Senhora*" de José de Alencar em 1875), o romantismo pôde contar com o esforço da elite político-administrativa nacional, no sentido de lançar os marcos de consagração da poesia nacional em 1846 com Gonçalves Dias em "*I-Juca Pirama*" e da prosa de ficção nacional com José de Alencar com a sua obra "*O Guarani*" (1857). Os primeiros românticos incumbiram-se da tarefa de criação da história da literatura e da criação de uma suposta tradição simbólica do Império. Tanto investiram na confecção de biografias literárias como políticas, publicando ontologias poéticas como estudos históricos sobre a Inconfidência Mineira, as lutas contra a ocupação holandesa no Brasil Setentrional ou sobre a resistência dos Tamoios aos portugueses.

Ainda mais trabalharam na confecção de símbolos nacionais de resistência política aos portugueses, como Tiradentes, os inconfidentes e os Tamoios. Como ao mesmo tempo, reabilitaram como letras nacionais as produções literárias de Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Pe. Vieira, Anchieta e tantos outros. Estas personagens políticas e literárias, simbolicamente integradas à tradição imperial inventada, seriam vocalizadoras das expectativas de instauração de uma nação livre,

igualitária, civilizada e nascida para a realização de feitos grandiosos, que, por sua vez, encontrariam a sua efetivação no Estado Imperial do Segundo Reinado.

Com respeito a este último aspecto, as epopéias "*A Independência do Brasil*" (1847 - Teixeira e Sousa), "*A confederação dos Tamoios*" (1856 – Gonçalves de Magalhães) e "*Colombo*" (1866 – Porto Alegre) investiram forte na construção de imagens de heróis nacionais e de algumas formas políticas do Segundo Reinado, entendidas como a síntese mais elaborada. Em suma, o termo de realização das expectativas de uma nação civilizada conduzida por um Rei paternal, sábio, justo, equânime e liberal. A perspectiva de um projeto nacionalista pouco inclusivo dos grupos sociais e resistente ao subjetivismo em consolidação imobilizou a narrativa da prosa de ficção romântica. Os romances de costumes de Teixeira e Sousa, Macedo e Manuel Antonio de Almeida ressentiram de processar os interrogantes existenciais, tais como a relação do homem com Deus, com a natureza, com outros e consigo mesmo. Isto porque o romance, de modo geral, concede muita liberdade à criação, entretanto exige a estilização com base em possíveis literários.

Daí, o porquê do relato dos acontecimentos tiranizar as personagens dos romances românticos e o autor resguardar o direito de ser tão onipresente na narrativa. Pois, o universo literário ecoava a resistência dos românticos à formação do individuo burguês, reificado nas suas relações consigo mesmo e com os outros. Não faltaram nos seus romances a casa com os escravos domésticos, o salão, o teatro e os saraus, o passeio na cidade, o romance lido pela moça e o agito da república estudantil. Estavam também presentes os médicos, as comadres na janela e os homens livres pobres, o bacharel, o comerciante enriquecido, o grande exportador ligado às firmas inglesas, o político, o funcionário público no exercício de alto cargo, a moça casadoira e o estudante enamorado.

Não ficaram de fora as inovações dos hábitos processadas com o declínio dos senhores rurais e a ascensão dos grupos urbanos, mais voltados às ultimas modas e gostos da Europa: a carruagem tocada por negros bem vestidos, o prazer de fumar um charuto, o consumo do champanhe e do vinho importados e o uso do espartilho e do fraque, dois exemplos da imposição e da retenção da sexualidade na moda de tons burgueses.

As personagens romanceadas foram transportadas da realidade para o interior da trama com os seus hábitos, gostos, profissões e ocupações[4]. Todavia o universo narrativo em que passaram a se deslocar não era regido pelos conflitos sociais entre livres e escravos, entre poucos ricos e muitos homens pobres livres. Os indivíduos ficcionais não eram dilacerados pelo remorso e a solidão e desconheciam o drama do homem urbano do Brasil do século XIX, bem como, de tantos outros indivíduos desejosos de mobilidade social.

Tudo isto, porque *o universo ficcional romântico era o momento necessário de introdução de uma eticidade substancial, bastante integradora para unir consciência e atitudes, moral e política, modernização e tradição*. Os romancistas introduziram *uma ordem desejada, utopicamente vislumbrada na visão do "Paraíso perdido" tropical, que não encontrava correspondente na ordem social em processo crescente de estratificação social, secularização e estandarlização, cujos efeitos rompiam com as tentativas de recuperação de conceitos e práxis integradoras*.

Enredados num mundo ficcional em que os destinos individuais não se dissociavam da ordenação cósmica, as personagens eram moralmente íntegras, consistentes, previsíveis, conseqüentes, por isto mesmo, eram rasas existencialmente. Da "Introdução" de Mário de Andrade ao romance de Manuel Antonio de Almeida "*Memórias de um sargento de milícias*" vem a melhor definição do que representou o mundo "restaurado" dos românticos na ficção: ficou tudo tão reduzido e convencional, encontradiço e previsível que as personagens atingindo a "felicidade cinzenta e neutra", por sua vez, toda a trama estava terminada. Afinal de contas "quando a inútil felicidade principia" o que há mais a fazer? (ALMEIDA, 1941: 5;19. introdução de Mário de Andrade).

A Reação da "Escola Do Recife" ao modelo literário dos românticos

Tobias Barreto – a cultura alemã contra a fraseologia dos intelectuais afrancesados da Corte

Não obstante, a proximidade ideológica dos temas políticos trabalhados pelos românticos da Corte e os letrados da "Escola do Recife", os intelectuais do Norte foram responsáveis em grande parte por esvaziar qualquer processo semelhante ao "narcisismo portenho" argentino, segundo o qual "fora das metrópoles não há civilização" (FREYRE, 2003:76, 107). Parte da resistência, a qualquer processo de metropolização

4 Machado de Assis chegou mesmo a acusar Macedo de simplesmente reduzir a ficção à realidade: "se a missão do romancista fosse copiar os fatos, tais quais eles se dão na vida, a arte era uma coisa inútil, a memória substituiria a imaginação, o culto do dever deitaria abaixo Corina, Adolfo, Manon Lescoult". ASSIS, M. Crítica literária. SP: Ed. Mérito, 1962, p.64.

da Corte, foi construída pelos integrantes da "Escola do Recife" na indissociabilidade entre a constatação do movimento romântico estar ultrapassado e os intelectuais da Corte não reunirem qualificações intelectuais para a superação dos seus impasses teóricos.

Já em 1872, Tobias publicara no Recife o artigo "*O romance no Brasil*" no qual se perguntara o porquê da prosa de ficção nacional não ter ido além de "meia dúzia de romances fúteis, dilantescos e sem relação com a vida nacional". Iniciava-se assim a crítica dos intelectuais do Norte ao romantismo. Para Tobias Barreto, a novelística nacional esteve perto de cinqüenta anos nas mãos dos românticos e nada tinha de melhor a oferecer senão Macedo e Alencar. Dois autores de "anedotas de erótica fluminense, trivialmente prosaica e desenxabida". (BARRETO, 1990: 64;65).

Percebe-se na crítica de Tobias certa compreensão de que o romance romântico nacional não atingia a alta plana porque o ambiente social era ainda muito monótono e previsível. Contudo, ele entendia como injustificável o fato dos escritores românticos da Corte lançar mão do "poderoso médium" do romance para contar "anedotas de erótica fluminense". Ou então, para estilizar frivolidades e "devaneios pueris" sem qualquer "significação histórica", salvo atender o gosto da "fantasia dos moços" (BARRETO, 1990: 65;66).

A dificuldade dos românticos da Corte em circunscrever dentro da narrativa o "político, religioso, estético, social e econômico" resultaria, no dizer de Tobias, do atraso vivido pelos intelectuais da Corte em relação aos grandes temas literários: "*O senso estético e literário" de Alencar ainda era "idêntico ao da quadra, na qual o Sr. Alencar, pela primeira vez, se deu a conhecer como escritor (...) [sem] nenhum progresso, nenhum desenvolvimento*" (BARRETO, 1990: 66) Uma literatura construída em torno de "dinners e soupers filosóficos ou artísticos", traduzida entre nós num otimismo irreal de fraseomanias, tais como o "Brasil heróico, Brasil gigante, invencível colosso da América"[5], não poderia representar um passo adiante na renovação das letras e da cultura nacional.

5 BARRETO, T. Crítica de literatura e arte. RJ: Record; Brasília: INL, 1990, p.83. Com respeito a crítica de Tobias formulada nos termos de que os românticos da Corte eram afrancesados e ultrapassados tanto nas letras como nas idéias políticas, nós sugerimos ainda os textos de Tobias Barreto: "Der Deutsche kaempfer" (1875); "Misérias do Império e sua Corte" (1875). In: BARRETO, T. Estudos Alemães. RJ: Record, 1991.

Nos estudos "*A filosofia no Brasil*" (1878), "*A literatura Brasileira e a crítica moderna*" (1880) e a "*História da literatura brasileira*" (1888), Silvio Romero estava de acordo com o diagnóstico de Tobias Barreto de que se encontrava a Corte afrancesada o bastante para não resistir aos modismos parisienses em literatura e nos hábitos. Faltariam aos intelectuais da Corte o rigor nos estudos e o empenho em traduzir as novas doutrinas científicas para o contexto sociopolítico e literário do Segundo Reinado.

Silvio Romero colocar-se-ia frontalmente contra o indianismo dos românticos ao afirmar que a civilização e a cultura brasileiras não eram unilateralmente lusa, africana ou indígena. Seria até mesmo impossível, no dizer de Romero, determinar a parte que toca a cada um dos três grupos étnicos na formação da cultura brasileira. A seu ver, estava fora de dúvida que os três grupos eram formadores da cultura nacional, porém o mestiço era "o agente transformador por excelência" (ROMERO, p.27 apud CANDIDO, 1988: 59).

Ainda segundo o seu entender, não precisava sequer levar em conta os "300 anos" de domínio dos brancos a fim de esvaziar a argumentação dos românticos indianistas. Mesmo a "influência africana" teria sido superior à contribuição do indígena para civilizar os trópicos: "o que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e seu descente europeu atribuí-o em sua máxima parte ao preto" (ROMERO, p.25 apud CANDIDO, 1988: 43). Até mesmo a nossa imitação dos modelos intelectuais europeus explicar-se-ia, no dizer de Romero, pelo "corolário da evolução racial" miscigenada nacional. Este corolário estaria estampado na nossa cultura rebaixada à espera do predomínio, num futuro próximo, do "branco fenótipo", tomado como a etnia possível de formar uma civilização superior e elevada.

Os "enfatuados" intelectuais da Corte, "afrancesados em decadência que diziam a França é Paris" (ROMERO, 1969:113), cultuavam os "ismos da Corte alencarismo e macedismo". Eles eram os inventores de uma literatura bifronte:

> *Que não é brasileira, nem indígena. A raça selvagem, com todos os encantos e alucinações do homem criança, virgem e travessamente agradável, com todos os aparentes eflúvios de poesia imersa, é hoje, um vulto mudo (...) não quis ou não pôde sentir as agitações de outro viver. Esta morta. Não temos nada mais a temer ou esperar dela (...) o índio não é brasileiro.* (ROMERO, S. O romantismo no Brasil. In: Trabalho. Recife, abr. 1873).

Sílvio Romero resistia à introdução do referencial romântico *tradição-memória* como uma forma de resistência à descaracterização da cultura nacional. A seu ver, a tradição popular podia funcionar em algum momento contra os europeísmos. Mas, como ela era um conjunto de práticas sociais dinâmicas (aberta a novas significações da cultura em geral) e sem fronteiras rigidamente estabelecidas (entre as influências recebidas de diferentes grupos sociais e das diferentes culturas), logo a expectativa projetada na *tradição-memória*, como filtro cultural, não era procedente.

Na "*História da literatura brasileira*" (1888), observamos que Silvio Romero passou a relativizar a importância da tradição popular na formação da cultura nacional. Isto se percebe em particular dentro da literatura, na medida em que se lançava numa empreitada intelectual de envergadura: a reunião de um vasto material literário organizado de forma sistemática a dar à cultura nacional a sua primeira história da literatura. Na observação de Sílvio Romero, a história da literatura nacional, "como força social", não fora escrita pelo homem médio. Mas, antes por indivíduos ligados às "classes dirigentes", agrupados numa "galeria viva de homens (...), belas espécimes da ontogênese literária". (ROMERO, S. História da literatura brasileira, p.627 apud CANDIDO, 1988: 76).

Ao reconhecer como os princípios de avaliação da capacidade criativa da Nação, as reformulações das doutrinas européias; o papel das tradições populares na gênese da composição da história da cultura nacional; a ação do meio físico sobre os indivíduos; e a formação racial, Romero reunia fundamentos para colocar em questão o *indianismo-sertanismo* dos românticos, entendido como as duas tendências literárias mais gerais e indicativas da "formação do caráter nacional". Daí Romero afirmar enfaticamente que os românticos eram avessos ao universalismo e às grandes conquistas da civilização moderna:

> *o indianismo, de sabor local, foi mesmo movimento avesso a uma das suas virtudes básicas: o universalismo (...) o grande fenômeno moderno é a formação de uma consciência universalista, e não particularista. Seremos (...) mais nacionais, quando menos procuramos sê-lo.* (ROMERO, S. História da literatura brasileira, p.155 apud CANDIDO,1988: 48).

CONCLUSÃO

Como os intelectuais românticos, guardadas algumas exceções, foram simultaneamente integrantes da elite política e burocrática, a "*unidade ideológica e de treinamento*" reincidiam num conceito de Estado muito assemelhado, cuja elaboração tinha entre as

suas teses a manutenção da ordem e a ampliação do poder do Estado. Assim como, a administração e a modernização dos processos sociopolíticos e econômico-burocráticos escorados na viga mestra da *tradição-memória* nacional. O projeto nacionalista romântico naturalizou a *tradição-memória* nacional como fato positivo, evidente, inelutável e necessário à legitimação da história, da vida político-econômica e como o pressuposto à introdução de qualquer técnica e doutrina transformadora. Diante da possibilidade ameaçadora das rupturas, em parte vividas pela Primeira Geração Romântica, todo medo e conservantismo seriam traduzidos em *norma* e *tradição*, que se fazia necessário respeitar. Ao colocar como mediadora dos grupos sociais a *tradição-memória* por eles inventada, interpretada e reconstruída, os românticos assumiram-se como nostálgicos reacionários. Desta forma, "*o tempo nacional cristalizara-se em uma realidade una, primordial e atemporal, levando a que a ontologia brasileira implicasse uma unanimidade moral e política escorada na tradição*". (CARVALHO, 1998:148).

Tanto Sílvio Romero como Araripe Júnior consideravam a "formação do caráter nacional" irredutível ao *sertanismo-indianismo*. Se a literatura estava envolvida no esforço de construção da identidade da cultura nacional, os temas indianistas e sertanistas estavam direcionando os esforços num sentido contrário (ROMERO, S. História da literatura brasileira, p.155 apud CANDIDO, 1988: 46), pois nem o índio e nem o sertanejo eram isoladamente os únicos formadores de uma autêntica cultura nacional.

Por sua vez, enquanto o fundamento da crítica literária de Sílvio Romero dera maior espaço às apreciações raciais, Araripe Júnior pensou em termos do que chamou de "*obnubilação brasílica*" (ARARIPE JÚNIOR In: Semana. 10/12/1887 apud BOSI, 1978, p.XVI, introdução). Conceito histórico criado com a finalidade de compreender como a literatura traduzia a nossa vida social em "símbolos literários". Assim, segundo Araripe Júnior, os processos de diferenciação operados na literatura guardariam o esforço de traduzir os costumes, a história e a vida política nacional. Como fizera o movimento romântico ao assimilar a "paisagem nativa e os modos de vida tropicais" e a "grande evolução (...) da nossa vida social" (ARARIPE JÚNIOR. Sob o signo de Alencar, p.03 apud BOSI, 1978: 3).

Araripe Júnior entendia que o indianismo e o sertanismo não eram criações literárias à altura de expressar as crescentes transformações por que passava a sociedade brasileira.

Não pelo fato da sociedade brasileira ser miscigenada e a nossa formação racial ser preponderantemente mestiça, mas porque as transformações econômicas e histórico-sociais, iniciadas no século XVIII, estavam liquidando as formações sociais tanto rurais como urbanas até então existentes.

Neste sentido, Araripe Júnior apontava que o indianismo tinha muito do sabor fantástico e do épico. Todavia, o sertanismo, tomado como movimento de resistência dentro da literatura aos modelos europeus "copiados", por sua vez, também estava funcionando como um tipo literário inventado e sem correspondência na realidade. As personagens dos romances regionalistas nacionais eram criadas, tomando-se como base as canções e as lendas populares num esforço de garantir a verossimilhança. Contudo, estas personagens ficcionais ficaram divididas entre dois pólos conflitantes: o da intenção e o da realidade sertaneja. Segundo Araripe Júnior, o escritor romântico estava em luta entre o que idealizara acerca do sertanejo e o que era de fato a vida do sertanejo (BOSI, 1978: 29).

Desde o final do século XVIII no Brasil, os sentimentos de liberdade e de destemor, a atitude de resistência à dominação dos senhores rurais e o apego ao trabalho livre de pastorear o gado estavam tornando-se cada vez mais raros na vida do sertanejo. Isto porque o "fazendeiro capitalista", na observação de Araripe Júnior, avançou na sua dominação rumo ao interior do sertão: "*daí a morte de todo sopro épico, e o surgimento de uma poesia popular entre saudosista e grotesca. A depressão e o ridículo de quem vê a si e ao companheiro despojado da sua primeira e única dignidade, que era ser livre*" (BOSI, 1978: 3).

Desde o momento em que o sertanejo fora exposto ao poder dos patronos ricos e dos fazendeiros notáveis, senhores de longas extensões de terras, as emoções e os sentimentos cantados nos poemas sertanejos, recolhidos na literatura popular, traduziriam um estilo de vida de movimentos épicos de outrora. Antes de se dar o fenômeno social da maior expansão dos senhores rurais para o interior, os sertanejos eram homens de garbo, valentia, coragem e amantes da liberdade. Porém, este estilo de vida livre e descomplicado estaria em crise a partir do século XIX, em razão do grau de expropriação a que foram submetidos os sertanejos pelos senhores rurais:

> *O sertanejo colocou-se na terrível contingência de servir ou ser esmagado. Que poesia podia então brotar? Que sentimento heróico encontrar-se-ia em indivíduos, que, abocanhados em suas*

nobres aspirações, vivendo como escravos, oprimidos, eram obrigados a percorrer os campos. (BOSI, 1978:30).

Araripe Júnior posicionava-se, como Sílvio Romero, ao lado dos defensores da abertura da sociedade brasileira às novas doutrinas e hábitos europeus, como uma solução no sentido de fazer avançar ainda mais rápido os processos de diferenciação cultural, e, assim, impulsionar a nação a modernizar-se. Ainda aproximado de Romero, Araripe Júnior via a subordinação do "influxo civilizador vindo de fora" e submetido à "força impulsionadora autóctone" como um dos modos de garantir a manutenção da identidade nacional. Todavia, tinha a clareza intelectual dos limites deste "meio de aperfeiçoamento", pois via na força impulsionadora aqui nascida as marcas de um meio social ainda muito acanhado e contingente. Logo, era uma estratégia que não poderia funcionar como "a única condição de existência" dos movimentos civilizadores. (BOSI, 1978:106).

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. Idéias em movimento. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Manuel Antonio de. Memórias de um sargento de milícias. Introdução de Mário de Andrade. São Paulo: Ed. Martins, 1941, p.5-19 (Introdução de Mário de Andrade).

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Crítica literária. São Paulo: Ed. Mérito, 1962

BARRETO, Tobias. Crítica política e social. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990.

_____ Crítica de literatura e arte. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990.

_____ Estudos Alemães. Rio de Janeiro: Record, 1991.

BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.

BEVILAQUA, Clóvis. Franklin Távora. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, ano XLVIII.

BOSI, Alfredo. Araripe Júnior. São Paulo: EDUSP, 1978.

BROCA, Brito. Românticos, pré-românticos e ultrarromânticos: vida literária e romantismo brasileiro. Prefácio de Alexandre Eulálio. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1979.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, 1998.

DANTAS SILVA, Leonardo. (org.) A república de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990.

FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina. São Paulo: Editora Oficial.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Escritos da maturidade. Rio de Janeiro: Graphia Editoral, 1994.

ROMERO, Sílvio. Obra filosófica. RJ: José Olympio; SP: EDUSP, 1969.

_____. O romantismo no Brasil. In: Trabalho. Recife, abr. 1873.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

TÁVORA, Franklin. O Cabeleira. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [19-], p.11 (Prefácio de 1876).